

P.R.P. A COESÃO INTERNA (1882 — 1928)

*Elisabeth Wendhausen Rochadel **

*Maria José Barreras **

O presente trabalho tem como objetivo determinar nos momentos mais significativos da *vida partidária* dos republicanos gaúchos o fator *coesão interna*: mola mestra de sua existência. Verificar-se-á como esta coesão foi definitiva em três momentos.

- 1° — Na criação do PRR, na sua organização e propaganda;
- 2° — Na fase de consolidação da chefia e da promulgação da Constituição;
- 3° — Em 1923 quando o PRR reúne-se num Congresso para reafirmar a continuidade da política republicana.

Segundo Maurice Duverger, «os partidos se definem muito menos por seu programa ou classe de seus adeptos do que pela natureza de sua organização: um partido é uma comunidade de estrutura particular» (1).

Em 1936, Lindolfo Collor publicou uma conferência intitulada «O Sentido Histórico do Castilhismo» como tentativa de salvar ou reviver o decadente Partido Republicano Rio-Grandense! Estávamos às vésperas da ditadura instaurada por um político saído das fileiras desse mesmo partido.

Collor referia-se ao PRR como um partido e não como uma facção. Justificava sua posição, afirmando que «é um partido porque tem um programa», «porque tem conhecidos chefes» e uma disciplina «como nunca a teve nenhuma outra corrente de opinião no Brasil». Quanto as normas de ação consideradas básicas, destaca Lindolfo Collor a unidade de chefia, «que só excepcionalmente será coletiva», a «autonomia no que concerne à escolha dos directores e à gestão dos negócios locais», a observância do processo eletivo em tudo que for aplicável e a «intransigência inalterável quanto aos princípios, tolerância quanto às pessoas» (2).

Quando Collor afirma que o PRR se sustentava sobre três pilares-programa, disciplina e chefia — vê-se uma evidente valorização do orgânico sobre o doutrinário.

A história do PRR pode ser dividida em três fases: período de formação, organização e propaganda; de legalização constitucional, dando destaque para uma chefia, e, o período de reestruturação quando a oposição abala os alicerces do partido e apela-se mais uma vez para a «absoluta confiança na chefia política» e disciplina partidária.

No presente trabalho não pretendemos encerrar a questão proposta inicial-

mente. O período pós-1923 é marcado pela reformulação do PRR, pela atuação dos «jovens turcos», pela candidatura de Getúlio Vargas à Presidência do Estado, pela coalisão com a oposição numa Frente Única. A coesão interna alcançada pelo PRR durante os últimos anos do Império e a República Velha será utilizada pela Frente Única à nível estadual como forma do Rio Grande do Sul alçar-se ao poder federal.

Fica ainda aberta a questão referente a atuação de Vargas à nível nacional, enquanto herdeiro de uma tradição de coesão partidária à nível de coesão regional. Esta práxis vai ser utilizada por Vargas na tentativa de criar um «estado nacional brasileiro».

1 — PRR-CRIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PROPAGANDA

O Clube Republicano de Porto Alegre foi criado em 1878. Este Clube foi responsável pela convocação da Convenção que em 1882 fundou o PRR. Inaugurou-se, assim, a fase de organização e propaganda do partido.

A Convenção estabeleceu um programa nos seguintes termos:

I — A propaganda republicana convergirá principalmente, para a idéia capital do partido, que é a questão da forma de governo. Demonstrar a superioridade da República Federal sobre a monarquia e a sua oportunidade no Brasil será o máximo empenho da propaganda, generalizando mais e mais no seio do povo as convicções republicanas;

II — Dentro da legalidade monárquica e enquanto não se operar a mutação na forma de governo, a propaganda republicana se empenhará por todas as reformas que auxiliem e facilitem a vitória do partido; e prestará apoio a todos os atos governamentais que tenderem à efetuação dessas reformas;

III — A propaganda republicana se desenvolverá com caráter inteiramente pacífico e moderado, educando e instruindo, persuadindo e conhecendo.» (3) O PRR estava formalmente organizado. Inspirou-se, inicialmente, no Manifesto Republicano de Itú, cujo traço marcante era o federalismo. Segundo Joseph Love, «os fundadores do PRR solicitaram a todos os clubes republicanos locais que abraçassem os princípios daquele manifesto. Os gaúchos levantaram ansiosamente o clamor de 1870» Centralização — Desmembramento, Descentralização — Unidade», palavra de ordem que mais tarde passou a figurar no próprio lema do jornal do partido». (4)

Céli Regina Pinto afirma que «tanto a criação do Congresso, trazendo do interior todos os republicanos para estabelecerem diretrizes comuns, como o fato de criar clubes que obedecessem os mesmos princípios atestam a intenção do partido como um corpo único, afastando as possibilidades de surgimento de núcleos independentes.» (5)

O terceiro item tratado na Convenção de 1882, referia-se à propaganda republicana que se «desenvolverá com caráter inteiramente pacífico e moderado, educando e instruindo, persuadindo e convencendo. Para tanto, acontece o I Congresso em 1883, cujo assunto mais importante foi à respeito da criação da

imprensa partidária — os princípios básicos de publicação — reforma dentro da legalidade e defesa do ideal federalista» (6)

Em 1884 foi criado o jornal «A Federação» onde Júlio de Castilhos defendeu o seu partido criando, conseqüentemente, os argumentos para sua futura chefia.

Neste mesmo ano realizou-se o 2º Congresso que completou o processo de organização do Partido Republicano Rio-Grandense. Nele ficaram estabelecidas as «Bases para o programa do candidato republicano». Entre os assuntos enfocados, encontram-se: formas de ação sob o regime monárquico; reformas políticas; abolição do elemento servil; imigração; finanças. Ficou bem claro em 1884 que o PRR tratava-se de um partido altamente organizado e com homogeneidade ideológica, possuindo um corpo doutrinário baseado na filosofia comtiana que lhe dava coesão. Como o positivismo traçou-lhe o passo político, o grupo que o constituiu tem grande capacidade de organização e firmeza ideológica. (7)

Dessa maneira difundido amplamente pela Federação estava organizado o partido. Júlio de Castilhos; editor chefe imprimira uma linha editorial fiel aos princípios doutrinários do mesmo. Em 1885 já há um candidato na Assembléia Provincial, Joaquim Francisco de Assis Brasil — único candidato eleito pelo PRR para o legislativo gaúcho.

2 — CONSOLIDAÇÃO DA CHEFIA NA PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Em 1889 diante da hipótese de um 3º reinado, os correligionários do PRR reuniram-se em caráter restrito na Fazenda Reserva, propriedade de Júlio de Castilhos.

O partido que até então baseara-se no regime de direção coletiva «tendia no último ano do Império a um tácito reconhecimento da liderança pessoal de Júlio de Castilhos,» (8) pois, nesta reunião as decisões partiram do alto.

O isolacionismo e o «caráter restrito» deste conluio alteraram as intenções iniciais do partido, de buscar nas bases as soluções e definições da própria vida partidária. Isso será uma constante tanto na atuação de Castilhos como na de Borges de Medeiros.

A decisão do grupo de alterar o regime monárquico utilizando, se necessário fosse a violência, como ficou registrado em documento elaborado neste encontro, não foi coerente com a ideologia adotada e nem foi, como cinco anos antes, tomada num congresso regional onde todos os republicanos participassem igualmente. Esta falta de ortodoxia deixa-nos claro que não havia problemas em alterar linhas de conduta, desde que esta manipulação objetivasse a manutenção do poder.

A posição autoritária foi legalizada, então, na carta constitucional de 14 de julho de 1891. Como suporte da mesma, o aparelho repressivo do Estado — exército e força pública — foram arregimentados nos momentos em que a «desordem» ameaçou a ditadura científica» e, conseqüentemente, a ordem vigente. Exemplos foram a violência utilizada na Revolução Federalista e em 1923 e a pressão constante da brigada militar durante os pleitos eleitorais (9).

A centralização das decisões foi uma das grandes críticas que, especialmente os republicanos riograndenses, fizeram na fase de propaganda. Isto provocou cisões como as que levaram as dissidências que a partir de então formaram com a oposição.

Esse quadro não foi alterado enquanto Borges de Medeiros, herdeiro de Castilhos esteve de 1889 à 1927 no governo e na chefia do Partido Republicano Rio-Grandense. Embora, ameaçado constantemente pela oposição — federalistas, dissidentes republicanos e assististas — possuía os dispositivos necessários para manter-se no poder.

3 — 1923 — FASE DE REORGANIZAÇÃO

Em 1922 a oposição fará frente ao PRR lançando a candidatura de Assis Brasil que é abatido nas urnas. Como conseqüência o movimento armado de 1923, cuja paz só virá em dezembro com o Pacto de Pedras Altas.

Em outubro de 23 o PRR convoca um congresso para todo o estado, o primeiro a acontecer desde a Proclamação da República.

Na imprensa a oposição responsabiliza o «chefe» Borges de Medeiros pela «idéia» e convocação do congresso, porque «é só ele que pensa. É uma concentração para a defesa da obra de Castilhos. «E que obra é essa? É uma algema fundida nas oficinas espirituais de Augusto Comte (...). É a obra de Castilhos que o Congresso quer defender. E defendê-la com um voto supremo ao Sr. Borges de Medeiros (...). A função pois do Congresso não é a de discutir o problema da paz gaúcha; nem o de pensar fórmulas econômicas para o equilíbrio financeiro do Estado; nem a de deliberar sobre questões de ordem cívica que, decidam da adaptação constitucional do Rio Grande ao Brasil — não é nada disso é unicamente para vellar um partido que agoniza; é levá-lo depois ao campo-santo, onde o esperam já os sacerdotes da maldição para recomendá-lo ao inferno» (10)

Para Maria do Carmo Campello de Souza a «bipolarização partidária no RS firmava a coesão e disciplina interpartidária necessária à manutenção do poder no convulso estado gaúcho» (11). O bipartidarismo foi também fator de coesão nos primeiros anos do partido.

Em função da ameaça que 1923 representa para o PRR «O Congresso do Partido Republicano do RGS, depois de apreciada devidamente a situação política do Estado resolve:

1º Reafirmar, em manifesto à Nação, a continuidade da política republicana do Rio Grande do Sul, e a inteira e inalterável solidariedade entre a chefia suprema e os demais órgãos do partido.

2º Aplaudir a conduta do Presidente do Estado em defesa da ordem e em benefício da paz, pela simultaneidade da ação material e conciliadora exercitada durante a atual luta fratricida.

3º Reiterar a absoluta confiança na chefia política, que saberá promover a paz, ressalvados os princípios cardeais do programa do Partido Republicano e a

integridade da ordem legal.

4º Incumbir a Mesa do Congresso de redigir o manifesto à Nação, dando a esse documento a mais ampla publicidade.

Sala das sessões, em Porto Alegre, 13 de outubro de 1923.

Carlos Barbosa Gonçalves
(Representado pelo Dr. José Barbosa Gonçalves)
Pedro Luiz da Rocha Osório
Firmino de Paula
(Representado pelo Dr. J. Vasconcellos Pinto) (12)

O deputado João Neves da Fontoura num discurso afirmava que pela primeira vez, depois de 1889, o partido republicano se encontra reunido em convenção plenária para escolher, «nesta hora histórica, com a responsabilidade coletiva, o rumo que há de dar aos seus gloriosos destinos» (13).

Apela-se novamente para a coesão partidária necessária à continuação do partido.

Borges de Medeiros que não verá em seus mandatos o poder estremeado até esse momento, frente a contestação oposicionista, julgou-se fortalecido «deante da renovação colectiva da nossa solidariedade e apoio moral» (14). O Pacto de Pedras Altas alijou-o do poder quando a cláusula que legitimava sua reeleição foi alterada, contudo, permaneceu na chefia do partido.

O discurso de todo o Congresso de 1923 invariavelmente apela para: a história do PRR, a fase da propaganda e consolidação das instituições, programa do partido, chefia e princípios.

Contrariamente a definição partidária corrente entre os republicanos congressistas, João Neves da Fontoura exprimiu-se, em discurso da seguinte forma:

«Mas numa qualidade por certo excedemos os nossos adversários — é que não somos caudatários de nenhum poder pessoal, que o partido republicano não morrerá com Borges de Medeiros, como não morreu com Júlio de Castilhos. Ambos foram os mais dignos de comandá-lo em épocas determinadas, mas um não foi, o outro não é a razão de ser do conjunto, porque o cimento das suas fundações não é feito do prestígio individual de ninguém, mas do concurso unânime de todos» (15).

Anuncia-se assim, uma nova época. A partir de então os partidários foram engajados nos empreendimentos do PRR.

Dessa maneira entende-se a posição de Lindolfo Collor em seu discurso de 1936.

Professoras do Departamento de História PUCRS.

BIBLIOGRAFIA

(1) DUVERGER, Maurice Os Partidos Políticos, Rio, Zahar, 1970. p. 19.

- (2) COLLOR, Lindolfo. O sentido histórico do Castilhismo. Porto Alegre, Globo, 1936. p. 18 à 20.
- (3) OSÓRIO, Joaquim Luis. Partidos Políticos no Rio Grande do Sul, Pelotas, Globo, 1930. p. 17 e 18.
- (4) LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1975. p. 29.
- (5) JARDIM PINTO, Celi Regina. Contribuição ao Estudo da Formação do Partido Republicano Rio-Grandense. (1882-1891). Tese de Mestrado em Ciência Política. p. 53.
- (6) IDEM, p. 54.
- (7) IDEM, p. 56 e 57.
- (8) COSTA FRANCO, Sérgio da Júlio de Castilhos e sua época. Porto Alegre, Globo, 1967. p. 54.
- (9) O Correio do Povo de 29.9., 1924 publica uma matéria sobre a intervenção da Brigada Militar na eleição para Intendente de Porto Alegre.
- (10) Correio do Povo — Secção Livre — 5.10.1923.
- (11) CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. O processo político partidário na Primeira República. IN MOTA, Carlos Guilherme (org.) Brasil em Perspectiva São Paulo, Difel, 1978, p. 187.
- (12) O Congresso do Partido Republicano Rio-Grandense de 12 de outubro de 1923. Porto Alegre, Edição D'A Federação, 1924. p. 9.
- (13) IDEM, p. 49.
- (14) IDEM, p. 27.
- (15) IDEM, p. 62.